

Nordestinos têm documento reivindicatório

Já está pronto o documento do Grupo Nordeste, integrado por 151 parlamentares constituintes, para ser entregue ao presidente José Sarney, contendo uma série de reivindicações para a região, incluindo a liberação de recursos para a solução do grave problema energético, o apoio à agropecuária, através de juros menores, e prazos maiores e a recuperação dos incentivos fiscais, pulverizados em várias direções.

A informação é do deputado Lúcio Alcântara, PFL-CE, um dos líderes do grupo. Segundo ele, a entrega do documento ao presidente Sarney está na dependência da data, a ser marcada pelo Palácio do Planalto.

Para a solução do problema energético, o grupo vai pleitear a liberação de recursos da ordem de 680 milhões de dólares, necessários para a execução das obras planejadas, para a região, pelo Ministério das

Minas e Energia. Obras que incluem a duplicação das linhas de transmissão da central elétrica de Tucuruí para o Nordeste; a montagem de usinas flutuantes (termoelétricas) em Fortaleza, Recife e Salvador; a reativação de unidades termoelétricas.

Para apolar a agricultura e também a pecuária, a reivindicação é pela concessão de juros mais baixos e prazos mais altos, através do Banco do Brasil e também dos bancos de desenvolvimento da região.

Outra reivindicação é a recuperação dos fundos de investimentos para a região, hoje reduzidos a uma pequena parte, em consequência de seu fatiamento para várias áreas, como o reflorestamento, a pesca etc.

O grupo nordestino quer, também, a plena restauração da Sudene, que considera indispensável para o desenvolvimento da região.

Projeto cria empregos ao extinguir marajás

O deputado Gustavo de Farias (PMDB-RJ) apresentou quarta-feira projeto constitucional que acaba com os chamados "marajás" do serviço público e provoca uma verdadeira revolução no funcionalismo. Além de impedir que haja remunerações elevadas demais, a proposta proíbe acumulações de cargos públicos federais, estaduais e municipais, atingindo também os funcionários de estatais ou de quaisquer empresas ou fundações mantidas pelo poder público.

"Não é possível continuar assistindo a essas verdadeiras exhibições de privilégios e abusos, que desgraçadamente têm se tornado comuns em todo o País" — diz o parlamentar do Estado do Rio, acentuando que seu projeto causará a imediata criação de milhares de empregos, através das vagas que serão abertas com o fim das acumulações.

Para controlar rigorosamente a situação do funcionalismo, a proposta de Gustavo de Faria cria o Cadastro dos Servidores Públicos e Assemelhados, a ser gerido pela Secretaria de Administração da Presidência da República. A semelhança do CIC da Secretaria de Receita Federal, este cadastro impedirá a acumulação de cargos e a remuneração indevida.

"Não se pode dizer que existe democracia no País enquanto não estiver prevalecendo, de fato e de direito, a obrigatoriedade do concurso público para ingresso no funcionalismo. É absolutamente necessário que haja oportunidade igual para todos, evitando-se a prática nefasta do empreguismo por motivos meramente políticos ou afetivos, o que, infelizmente, tornou-se uma espécie de tradição nacional", assinala o deputado Gustavo de Faria, que está confiante na aprovação de sua proposta.

Doador leva proposta à nova Carta

São Paulo — Uma das primeiras entidades brasileiras a utilizar o dispositivo de participação popular na Constituinte, que permite a apresentação de propostas em plenário desde que acompanhadas de um abaixo-assinado com 30 mil assinaturas, será a Doretrans (Associação Nacional de Pacientes, Doadores e Transplantados Renais), que já reuniu 20 mil assinaturas.

O objetivo dessa mobilização, informou Décio Quadros, secretário da Doretrans, é permitir que associações de pacientes possam interferir na administração do sistema brasileiro de previdência e assistência social. Ao mesmo tempo, essa entidade pretende estimular no Parlamento "o conceito de consciência sanitária profilática que, na prática, seja capaz de impedir o avanço desordenado de doenças progressivas, evitáveis ou tratáveis, como a hipertensão arterial, estreptococcias, diabetes e outras que podem atingir estágios terminais irreversíveis", assinalou.

Apesar desse esforço, Décio Quadros garante que após 16 anos, a Doretrans conseguiu melhores resultados com campanhas de esclarecimento público sobre a necessidade de realização de transplantes do que com a batalha para modificação de uma legislação capaz de fazer com que muitos órgãos sejam inutilizados. "Desde que ela foi iniciada em outubro do ano passado, houve 60 mil doações", assinalou.

Para a realização de um transplante, lembrou, é necessário um atestado de neurocirurgião garantindo a morte cerebral do paciente, a posterior manutenção da circulação sanguínea até que se consiga a autorização de familiares.

A campanha de esclarecimentos da Doretrans permitiu a criação de uma carteira com documentação pela qual, em vida, um possível doador autoriza a remoção de seus órgãos. A Doretrans, que tem sede em Belo Horizonte, pretende espalhar comissões para receber opções de doadores em todo o País.

ANC 88
Pasta 08 a 15
Abril/87
053